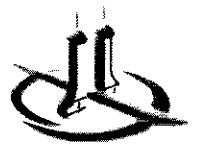




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA  
**E-mail: [clemente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:clemente@uruguaiana.rs.leg.br)**  
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA-RS  
Telefone: (55) 3412-5977  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [clemente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:clemente@uruguaiana.rs.leg.br)



**COMISSÃO ESPECIAL**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2020**

Documento: Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020.

Procedência: Poder Executivo Municipal de Uruguaiana

Assunto: Dispõe sobre a criação de Zona Especial Urbana – ZUPE, conforme especifica e dá outras providências.

Relator: Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT)

**PARECER**

**DA ANÁLISE E DA LEGALIDADE:**

Chegou à Comissão Especial, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, que Dispõe sobre a Criação de Zona Especial Urbana - ZUPE, conforme especifica e dá outras providências, para análise e emissão de Parecer.

É necessário destacar que a análise do Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, levará em conta necessariamente a legislação brasileira, o impacto para a sociedade uruguaiense e o atendimento ao interesse público, por parte das medidas propostas no referido Projeto de Lei.

Por solicitação do Relator Vereador José Clemente da Silva Corrêa (PDT), o Secretário Municipal de Planejamento Carlos Roberto Prudêncio, compareceu no dia **03 de dezembro de 2020**, à Casa Legislativa Municipal de Uruguaiana, a fim de responder aos questionamentos e prestar informações aos Vereadores com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, demonstrando a transparência das ações públicas e o respeito ao Poder Legislativo Municipal.

Ressalta-se que o advento da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “estabelece diretrizes gerais da política urbana”, conhecida como o **Estatuto das Cidades**,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA  
**E-mail: clemente@uruguaiana.rs.leg.br**  
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA-RS  
Telefone: (55) 3412-5977  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [clemente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:clemente@uruguaiana.rs.leg.br)



representou significativas mudanças no planejamento e na organização das cidades, impôs ao Poder Público a estrita observância da “**ordem pública e interesse social** que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”.

Destaca-se que o art. 2º, da Lei Federal nº 10.257/2001, afirma que a “política urbana tem por objetivo **ordenar** o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e propriedade urbana, em sintonia com o inciso XXIII, do art. 5º e 182, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Da mesma forma, o art. 40, da Lei Federal nº 10.257/2001, afirma que o “**plano diretor**, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da **política de desenvolvimento e expansão urbana**”, e, portanto, é um instrumento fundamental no processo de desenvolvimento social, econômico, urbanístico e alicerçado no compromisso com a preservação e o cuidado com o meio ambiente.

Ora, percebe-se que o Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, objetiva a criação de Zona Especial Urbana - ZUPE, amparado nos incisos I, do art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e na Lei Complementar nº 3/2014, e alicerçado nos compromissos com o planejamento e a organização de áreas importantes do Município de Uruguaiana e, inclusive, para a “**construção de um cemitério particular**”.

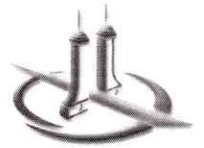
Cabe mencionar que, segundo o Mapa 12 e Mapa 13, da Lei Complementar nº 3, de 6 de agosto de 2014 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Rural e Ambiental ) a Zona Especial Urbana -ZUPE está contida dentro da **ZAERO**.

Da mesma forma, o Decreto Municipal nº 429/2020, de 31 de agosto de 2020, incluiu no Anexo I – Quadro de Atividades, da Lei Complementar nº 3/2014, o serviço de cemitério como “atividade de interferência ambiental baixa”.

Retomando o texto legal contido no art. 114, §1º, da Lei Complementar nº 3/2014, destaca-se que as **atividades de interferência ambiental baixa** são aquelas que **causam baixo transtorno e impacto** “ao ambiente, à estrutura e à infraestrutura urbana”. evidenciando que tal atividade é plena possível de ser implantada na Zona Especial Urbana - ZUPE.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA  
**E-mail: clemente@uruguaiana.rs.leg.br**  
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA-RS  
Telefone: (55) 3412-5977  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [clemente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:clemente@uruguaiana.rs.leg.br)



É preciso reconhecer que o Decreto Municipal nº 468/2020, de 16 de setembro de 2020, declarou que determinada área no Bairro Aeroporto fosse considerada de **utilidade pública** para fins de desapropriação para a “**ampliação do sítio aeroportuário do Aeroporto Internacional Rubem Berta**”.

Da mesma forma, é fundamental que se mencione (e seja comprovado) de que o Relator constatou que, conforme documento oficial denominado **Plano Diretor – SBUG**, assinados pela Sra. Ana Lúcia Carvalho de Moraes, Gerente de Planos Diretores, e Sras. Bruna Abinader Costa e Valéria S.G.F.B. Montenegro, autoras do Projeto, disponibilizado no sítio oficial da Infraero (<https://sigadoc.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=918006-8667>), a área definida pela Aeronáutica/Infraero é **bem menor** do que aquela constante no anexo II e Mapa 13, da Lei Complementar nº 3/2014.

Ou seja, a proposição contida no Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de autoria do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, não acarretará nenhum transtorno ou prejuízo às atividades da Aeronáutica/Infraero no Aeroporto Rubem Berta, em Uruguaiana.

Cabe destacar que, no dia 09 de dezembro de 2020, o Tribunal de Contas da União (TCU), na decisão contida no Processo nº 025.301/2020-9 e disponibilizado sítio oficial do Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-aprova-a-continuidade-da-desestatizacao-de-22-aeroportos.htm>), autorizou a concessão pública de 22 (vinte e dois) aeroportos à iniciativa privada, dentre eles o Aeroporto Rubem Berta, em Uruguaiana.

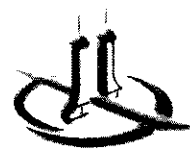
Além disso, não se pode desconhecer de que todas as atividades e as ações na área próximo ao Aeroporto Rubem Berta e que possam causar riscos à segurança nacional e aos cidadãos brasileiros são evidentemente e necessariamente precedidas de consulta e autorização da Aeronáutica e/ou Infraero e isso sempre foi devidamente observado pela Administração Pública Municipal de Uruguaiana.

É necessário deixar claro que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Rural e Ambiental, instituído pela Lei Complementar nº 3, de 6 de agosto de 2014, oportunizou de forma clara, democrática, participativa e inclusiva o planejamento e a organização da cidade, observado o interesse público e a função social da propriedade.

Aliás, o inciso I, do art. 90, da Lei Complementar nº 3, de agosto de 2014, declara que os “cemitérios são equipamentos de administração ou serviço público”, o que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA  
**E-mail: [clemente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:clemente@uruguaiana.rs.leg.br)**  
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA-RS  
Telefone: (55) 3412-5977  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [clemente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:clemente@uruguaiana.rs.leg.br)



permite inferir que o Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, observa com atenção aos objetivos do Plano Diretor.

Cabe mencionar que no Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, consta anexada a **Ata nº 001/2020**, de 8 de outubro de 2020, do **Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rural e Ambiental**, que deliberou e aprovou a “implantação de inclusão de zoneamento de Zona Especial Urbana (ZUPE)”, demonstrando o reconhecimento dos representantes da sociedade civil sobre a relevância da proposta dentro do planejamento urbano do Município de Uruguaiana e evidenciando, ainda, a participação democrática dos representantes da sociedade na construção de política urbana municipal.

O art. 142, da Lei Orgânica de Uruguaiana, já define claramente que a “política urbana municipal terá como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia de bem estar de sua população”, o que denota a obrigação do Poder Público Municipal de Uruguaiana no planejamento e organização de áreas municipais para o atendimento ao interesse público e à função social da propriedade.

Aliás, a publicação do Decreto nº 468/2020, de 16 de setembro de 2020, do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana, que declarou “áreas de utilidade pública, para fins de desapropriação, por interesse público”, anexado ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, evidencia o compromisso e a observância da Administração Pública Municipal de Uruguaiana ao interesse público e à função social da propriedade.

O Relator destaca que o Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, demonstra atendimento aos objetivos e às determinações do XXIII, do art. 5º e 182, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e da Lei Complementar nº 3, de 6 de agosto de 2014, e da Lei Orgânica de Uruguaiana, possibilitando assim o planejamento e a organização de áreas municipais e favorecendo o desenvolvimento social e econômico do Município.

Da mesma forma, a possibilidade da “construção de um cemitério particular”, prevista no Projeto de Lei Complementar nº 04/2020 colaborará para o atendimento a uma demanda importante da comunidade uruguaiense, possibilitará a criação de mais um espaço para o sepultamento de entes queridos e não acarretará despesas aos cofres públicos municipais de Uruguaiana.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
**GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA**  
**E-mail: clemente@uruguaiana.rs.leg.br**  
Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA RS  
Telefone: (55) 3412-5977  
Home Page: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br)  
E-mail: [clemente@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:clemente@uruguaiana.rs.leg.br)



Da mesma forma, o Relator recomenda ao Poder Executivo Municipal de Uruguaiana que a autorização legal para a “construção de um cemitério particular” seja pautado por um regramento legal que possibilite a permanente fiscalização do Poder Público Municipal, evite abusos e prejuízos ao cidadão uruguaiense e possibilite a intervenção do Município em caso de descumprimento dos objetivos e propósitos na prestação do serviço fúnebre, danos aos meio ambiente ou acarretem transtornos à Administração Pública Municipal.

### CONCLUSÃO

Diante do atendimento ao interesse público e da sintonia com as imposições da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Lei Orgânica de Uruguaiana, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2020, e Lei Complementar nº 3, de 6 de agosto de 2014, manifestamos parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2020, de 20 de outubro de 2020, do Poder Executivo Municipal de Uruguaiana.

Uruguaiana, 11 de dezembro de 2020.

VEREADOR JOSÉ CLEMENTE DA SILVA CORRÊA

Bancada do PDT

DE ACORDO.

Aprovado o Parecer  
Em 14/12/2020

Presidente da Comissão

CONTRARIO